



Educação infantil indígena e a formação de professores: aspectos legais e a importância da qualidade educacional pré-escolar na voz docente¹

Christian Ribeiro RAMIRES²
Lara Karen Lourenço MOTA³

RESUMO

O presente artigo é um recorte do trabalho de pesquisa acerca da formação de professor da Educação Infantil indígena na comunidade indígena Ticuna de Porto Cordeirinho localizada no município de Benjamin Constant-AM. O da pesquisa foi de analisar a importância da formação do professor indígena da educação infantil na voz do próprio docente da comunidade sobre a importância para a qualidade educacional pré-escolar em atenção aos pressupostos legais educacionais da educação escolar indígena. A metodologia pautou-se na abordagem qualitativa a partir do enfoque fenomenológico, com utilização de entrevistas semiestruturadas na coleta de dados. Os resultados versam sobre o interesse da comunidade indígena em querer a educação infantil na comunidade, mesmo a Educação Infantil sendo opcional de acordo com os parâmetros constitucionais legais. Os professores têm interesse e a necessidade de formação inicial, continuada e em serviço para o professor indígena, tendo em vista a melhoria da qualidade da educação infantil no contexto indígena Ticuna, enfatizando o direito constitucional da formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Formação. Professor indígena. Pré-escola.

INTRODUÇÃO

Este trabalho vem discorrer sobre a realização da pesquisa sobre o tema da formação do professor de Educação Infantil indígena no contexto da educação escolar indígena. O objetivo da pesquisa foi de compreender a percepção dos professores indígenas da Educação Infantil sobre a importância de sua formação para o exercício da função de docente.

¹Trabalho apresentado no GT 2 –Educação, políticas educacionais, interculturalidade e formação de professores indígenas e não-indígenas na Panamazônia do III Siscultura.

²Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura INC/UFAM. E-mail: cristian.ufam@gmail.com

³Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto de Natureza e Cultura INC/UFAM. Email: lababcnota2015@gmail.com



“Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (FREIRE, 1991, p. 589). Para o autor, a formação permanente é uma conquista da maturidade, diz respeito à consciência do ser. Quando a reflexão permear a prática docente e a prática da vida, a formação continuada será exigência “*sinequa non*” para que o homem se mantenha vivo, energizado, atuante no seu espaço histórico, crescendo no saber e na responsabilidade profissional e pessoal de cidadão.

EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA E A FORMAÇÃO PROFISIONAL DOCENTE

Conceituando a educação infantil indígena a partir da escola investigada

Procurar compreender a educação infantil indígena foi um exercício importante na perspectiva da formação do professor indígena para atuar na educação básica. Legalmente essa etapa da educação básica torna-se um direito social das crianças no contexto nacional, tendo em vista suas condições de cidadãs brasileiras.

De acordo com o gestor da Escola Indígena de Porto Cordeirinho a educação infantil indígena,

É o início de onde a criança vai ver o mundo de outra forma e aprender mais sobre si mesmo. Conhecer a sua cultura, valores, conhecimentos tradicionais, crenças e origens. É a primeira etapa em que a criança vai descobrir o mundo das letras e, portanto, acreditar que na educação infantil significa dizer que a criança aprende fazendo, em sua própria trajetória educacional escolar (João Otaviano Aiambo Martins, 50 anos, entrevista, Maio de 2018).

Na fala do gestor da escola indígena podemos enfatizar alguns pontos de análise que contribuem com a definição de educação infantil em características mais gerais de que trata a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB Nº 9394/96 e de modo mais específico que se volta para a modalidade da Educação Indígena de que trata esta mesma legislação educacional brasileira.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



No sentido de definição em características mais gerais destacamos a ideia estrutural que a LDB apresenta em seu Art. 29 da “Educação infantil, primeira etapa da Educação Básica”. De acordo com a legislação a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Diante do exposto podemos afirmar que a educação infantil indígena na modalidade da Educação Escolar Indígena é também considerada a primeira etapa da educação básica, seguindo as diretrizes legais de funcionamento sob a responsabilidade da esfera municipal do sistema de ensino.

No que diz respeito à especificidade da educação indígena enquanto uma modalidade da educação brasileira a educação infantil indígena deve trabalhar na perspectiva de um currículo que aborde os valores culturais, a tradicionais na garantia de cultivar os saberes e a cultura do povo indígena, mas para isso, deve-se enfatizar a importância da formação do professor indígena.

Outro ponto que chama a atenção na fala do gestor indígena é para o fato da ideia sobre a proposta curricular da educação que deve levar a criança a se inserir no mundo e a aprender sobre si mesmo. Neste espectro podemos inferir que a educação infantil deve se voltar para o processo ensino aprendizagem da criança, investir no direito dela de aprender sobre si e seu mundo.

A educação infantil, todavia, tem outros propósitos e como afirma Barbosa (2009), para evitar o risco de que ela seja uma simplificação da escola dos anos iniciais, não é demais afirmarmos as funções para os estabelecimentos que atendem bebês, crianças pequeninhas e crianças pré-escolares. A primeira é sua função social, que consiste em acolher, para educar e cuidar, compartilhando com as famílias o processo de formação e constituição da criança pequena em sua integralidade. A segunda é política, cuja função é contribuir para que os “pequenos” usufruam de seus direitos sociais e políticos e exerçam seu direito de participação, tendo em vista a sua formação na cidadania. Por fim, a terceira função é a pedagógica por ser este um lugar privilegiado de convivência e ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas entre crianças e adultos (BARBOSA, 2009).



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



Ao se tratar de educação infantil indígena o trabalho da alfabetização torna-se ainda mais complexo, devendo abordar o processo de alfabetização de forma bilíngue, ou seja, na língua materna e na língua brasileira.

A educação bilíngue é mais que dominar uma segunda língua; significa aprender a pensar em dois idiomas. Nas comunidades Indígenas, as crianças tornam-se bilíngues de verdade, sendo capazes de aprender, com conforto e naturalidade, em ambientes onde tanto a língua portuguesa quanto a língua materna o são utilizados. E para que isso aconteça os pais tem que ensinar os seus filhos desde criança a falar as duas línguas ao mesmo tempo, tanto a língua materna e a segunda língua portuguesa e nas comunidades os pais têm uma função de extrema importância, pois podem instigar maior participação dos seus filhos nas aulas, ajudar a dar continuidade ao que foi feito em sala, trabalhar suas dificuldades e habilidades e oportunizar maior e melhor desempenho.

A educação Bilíngue acontece quando o, “o professor tem o bom domínio de duas línguas tanto a língua materna e segunda língua (a língua portuguesa) no caso dos professores indígenas” (Arara⁴, 39 anos, entrevista, maio de 2018).

E entre as várias definições citadas pelos autores, eles trazem, por exemplo, a de Bloomfield (1933) que compreende o bilinguismo como um controle em nível nativo de duas línguas. Mackey (1962) compreende o bilinguismo como o uso alternado de duas ou mais línguas pelo mesmo indivíduo; e Lam (2001) como o fenômeno de competência e comunicação em duas línguas.

Atualmente, a ideia de inserir uma nova língua na vida das crianças se tornou um atrativo para os pais, que visam oferecer um ensino de qualidade para os filhos desde a infância. Além das questões óbvias, dominar outra língua também reflete em aspectos singulares de cada indivíduo, possibilitando o desenvolvimento de jovens mais tolerantes e sociáveis. Por isso, a educação bilíngue tem rompido barreiras e conquistado, cada vez mais, a atenção no universo acadêmico.

A educação infantil indígena deve procurar entender a criança inserida em sua realidade sociocultural. E para isso, o professor tem que ter uma formação profissional mais

⁴ Nome fictício atribuído ao professor indígena participante da pesquisa. Os nomes dizem respeito aos clãs dos professores que fazem parte da organização social do povo Ticuna.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



completa e específica que possibilite uma prática pedagógica docente que respeite o desenvolvimento da criança indígena.

É indiscutível a importância da educação na primeira infância. Investir na educação é investir no social, possibilitando evitar males que podem pôr em risco a vida das crianças (KAPPEL, 2001).

Conforme já apontando por Bazílio e Kramer (2003), a educação da criança não é apenas um direito social, mas, sobretudo, um direito humano. Vários estudos os benefícios da educação infantil – um direito constitucional das crianças brasileiras desde o seu nascimento.

A educação infantil é um dos assuntos mais discutidos no cenário educacional brasileiro, pois além de ser a parte inicial do processo educativo é também a base onde a criança começa a trabalhar o desenvolvimento das aptidões físicas, motoras, cognitivas e aperfeiçoar habilidades intrínsecas a ela. Neste contexto sua concepção leva a compreensão de sua dimensão na vida humana.

É extremamente importante valorizar a criança, porque acima de qualquer coisa ela é um ser histórico que se constitui como um agente fundamental na sociedade em que habita, e que de certa forma influencia o meio social ao passo que também é influenciada.

Dentro desses processos formativos que englobam a educação infantil como marco fundante na formação cidadã da criança está o educar, cuidar e o brincar, essa trilogia é um fator positivo para o sucesso de todas as crianças envolvidas nessa jornada educativa inicial.

Entretanto, o oferecimento da Educação Infantil aos povos indígenas é opcional, cabendo a cada comunidade indígena decidir sobre seu oferecimento (BRASIL, 2009; 2012).

Como segue:

Art. 8º A Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade sociocultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica.

§ 1º A Educação Infantil pode ser também uma opção de cada comunidade indígena que tem a prerrogativa de, ao avaliar suas funções e objetivos a partir de suas referências culturais, decidir sobre a implantação ou não da mesma, bem como sobre a idade de matrícula de suas crianças na escola. (BRASIL, 2012).

Silva e Mota (2014, p.3) a respeito da Educação Infantil indígena Ticuna:

Ao reconhecer a importância da educação infantil para a vida das crianças em sua sociedade, compreendemos que todo e qualquer cidadão brasileiro tem o direito à educação e lhe é facultado à liberdade de expressão, de interesses e de ideias, portanto, o direito de pensar sobre que educação e escola ele deseja para corresponder às suas necessidades e construir conhecimentos. Assim, pensamos ser relevante também compreender o imaginário da criança indígena Ticuna sobre a pré-escola em sua comunidade, seus interesses e o papel da educação infantil institucionalizada recentemente sob reivindicação da comunidade.

A Educação Infantil primeira etapa da educação básica, pode e deve ser compreendida em um sentido amplo, que oportunize um trabalho educativo que integre a escola, cultura e a sociedade, que envolva toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura que viva (KUHLMANN, 1998) pressupondo ainda uma função pedagógica para as crianças, em que estas instituições, sejam a creche ou pré-escola, o lugar de desenvolvimento da criança (ANTUNES, 2004, p. 42).

Quadro 1 – Excertos de documentos que indicam concepções de Educação Infantil na Educação Indígena

DOCUMENTO	EXCERTO DO DOCUMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL INDIGENA
LDBN 9394/96	Art. Primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
PNEI -Política Nacional de Educação Infantil	A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e destina-se à criança de zero a seis anos de idade, não sendo obrigatória, mas um direito a que o Estado tem obrigação de atender.
RCNEI (1998)	A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família.
PNE	A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



	personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa.
Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena	“A educação Escolar Indígena deve ser intercultural e bilíngue, especificada e diferenciada”
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica	Art. 8º A Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade sociocultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica.

Fonte: Pesquisa Bibliográfica, maio de 2018.

É importante que a educação infantil indígena procure compreender a criança como produtora de cultura, sujeito ativo e participativo na sociedade. A esse respeito Cohn (2005, p. 9) afirma que:

Precisamos ser capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista [...] Não podemos falar de crianças de um povo indígena sem entender como esse povo pensa o que é ser criança e sem entender o lugar que elas ocupam naquela sociedade – o mesmo vale para as crianças nas escolas de uma metrópole. E é aí que está a grande contribuição que a antropologia pode dar aos estudos das crianças: a de fornecer um modelo analítico que permite entendê-las por si mesmas.

Neste sentido é de suma relevância se considerar a cultura de cada povo ou sociedade indígena, há que se considerar as diferentes formas de ser criança, de processo de socialização, de construção de aprendizagem e conhecimentos, neste caso o do povo Ticuna. Faz-se necessário considerar como é ser criança em neste grupo étnico específico e em cada situação histórica e sociocultural específica como afirma Tassinari(2007).

Formação continuada de professores: direito garantido

A formação de professores é um dos aspectos que contribui significativamente com a qualidade da educação escolar. O professor em sua formação inicial ele tem a oportunidade de construir conhecimentos específicos que possibilitem uma prática pedagógica mínima para o trabalho em sala de aula, não detendo, portanto, dos saberes necessários que supram as necessidades no processo ensino aprendizagem, assim é extremamente necessário que o

professor continue constantemente estudando, ou seja, (re)aprendendo e/ou (re)significando suas práxis pedagógicas, na busca de aperfeiçoamento de técnicas, metodologias e práticas.

A formação continuada pressupõe a qualidade da educação escolar. A esse respeito Delors (2003, p. 160) afirma que

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160).

Neste sentido não podemos deixar de refletir sobre a formação dos professores da escola investigada. Roberto de Almeida. Na escola trabalham 8 (oito) professores desse universo 4 (quatro) possuem formação inicial, e 4 (três) possuem pós-graduação. O quadro a seguir apresenta os cursos de graduação dos professores:

Quadro 2 -Formação inicial e continuada dos professores indígenas

PROFESSOR	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA
Japo I	Licenciada em Pedagogia	-
Arara	Licenciada em Pedagogia	-
Japo II	Geografia	-
Boi	Licenciada em Pedagogia	-

Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2018.

Diante do exposto podemos observar que a formação continuada dos professores indígenas ainda se configura como desejo e vontade.

De acordo com os professores sobre a formação continuada, pós graduação, mestrado e doutorado:

Com certeza, quero fazer a formação continuada para que possa melhorar a minha formação e especializar em uma área que eu gosto de trabalhar, ser mestrado e ser doutorado e meu sonho. Para que possa retribuir meus conhecimentos com a comunidade (Japó I, 30 anos, Entrevista, Maio, 2018).



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



A formação é necessária para todos os professores é para se aprimorar, para melhorar o seu desempenho da prática pedagógica. E ajuda o docente se expressar bem, planejar e compreender mais a criança. A formação continuada é o direito dos educadores, é conquista e direito da população. Tendo acesso mais formação e informação é melhor ainda para pessoalmente e melhor ainda para o seu povo. Por que o professor que tem mais formação na educação será mais aproveitado para melhorar a educação do seu povo.

O professor indígena ou não indígena, deve se apropriar constantemente de novos conhecimentos na perspectiva da melhoria da qualidade da educação escolar. Lima (2001) traz uma contribuição importante nesse sentido, ao elaborar um conceito de formação continuada que parte de dois princípios de perspectiva marxista: o trabalho como categoria fundante da vida humana e a práxis da atividade docente. Diante destes princípios marxistas, pode-se inferir que a formação continuada é a articulação entre o trabalho docente, o conhecimento e o desenvolvimento profissional do professor, com a possibilidade de postura reflexiva dinamizada pela práxis (LIMA, 2001).

O professor é alvo de cobranças na sua caminhada de educador, entre esses requisitos está inserida a cobrança de sua qualificação e seu preparo constante. A profissão do professor exige que ele procure sempre novos mecanismos, novas habilidades profissionais, tendo em vista uma sociedade em constante processo de mudanças.

Pode-se dizer que, o professor que se disponibiliza a saber um pouco mais, está sempre à frente de seu tempo, pois além de buscar novos conhecimentos para sua qualificação, conhece o mundo em que habita, fica ciente dos fatos que ocorrem, das inovações que surgem, das notícias, ou seja, a formação continuada gerencia informações, pesquisas, trabalha a comunicação, o diálogo com novas pessoas e seu contexto permite a socialização de conhecimentos.

Para Ferreira (2006, 194) “A ‘formação continuada’ hoje precisa ser entendida como um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências/desafios que a ciência, atualmente para atuar com a educação Básica primeiramente tem que ter formação inicial, ou seja, ter nível superior e assim alcançaremos a educação de qualidade que sempre almejamos.



É direito do professor indígena de ter formação continuada e é de suma importância, por que a formação inicial não é suficiente para garantir de estar na sala de aula para trabalhar com as crianças. E é obrigação das Instituições oferecerem os cursos para os professores indígenas de ter formação continuada assim se qualificam ainda na sua área de formação. O objetivo da formação continuada é para melhorar ter novos conhecimentos e para que a educação indígena seja de qualidade.

A importância da formação profissional continuada para a qualidade da educação infantil indígena

Para compreendermos direito da dimensão da palavra formação é imprescindível conhecer sua concepção. No sentido etimológico, a palavra “formação” vem do latim *formare*, que, como verbo transitivo, significa dar forma, como verbo intransitivo, significa colocar-se em formação e, como verbo pronominal, significa ir-se desenvolvendo uma pessoa (VEIGA e SILVA, 2010, p.19).

A formação continuada do professor é o mecanismo que gera as mudanças educacionais que atualmente se fazem ausentes nas maiorias das escolas brasileiras, e é somente por meio dessa formação que será possível estabelecer um novo rumo em direção à construção de novos e precisos conhecimentos. “A educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir” (DELORS, 2006, p. 106).

As percepções dos professores indígenas da educação infantil sobre a formação canalizam para:

Ter a formação continuada é para melhorar o desempenho do professor que vai atuar na educação infantil e o professor atualmente para atuar, primeiramente tem que ter o nível superior e assim vai atribuir com boas e novas conhecimentos com as crianças e assim o povo indígenas crescem e evoluem (Elizete Moura, 39 anos, Entrevista, Maio, 2018).

A formação Continuada é de suma importância para todos nós professores é por que a formação continuada é nosso suporte para melhorar o desempenho e para entender cada vez mais os nossos educandos. Tendo mais formação e informação, podemos ajudar e dar o que aprendemos na vida. Tudo o que o



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



aprendemos na vida serve para retribuir com nosso povo. (Garça, 38 anos, Entrevista, Maio 2018).

O professor enquanto praticante evolui através dos encontros e troca de experiências entre seus pares, mas principalmente sob o efeito da experiência com a sua turma e nas situações vividas no espaço da sala de aula. Aprende a conhecer melhor os alunos e a si mesmo em um processo contínuo de formação.

A formação de professores da Educação Infantil tem sido, na contemporaneidade, amplamente discutida, uma vez que antes não havia a preocupação de que os professores desse segmento deveriam ter uma formação específica que lhes dessem condições de desenvolver práticas educativas com qualidade em creches e pré-escolas, a fim de atender às especificidades das crianças (BRASIL, 1998, p. 41).

Desta maneira a formação continuada tem um papel fundamental para a inovação do sistema educativo brasileiro e deve contemplar o mundo contemporâneo, no raciocínio de Freitas *apud* Veiga e Silva (2010, p. 20):

A formação do professor deve prepará-lo para a atualidade, ou seja, deve levá-lo a entender tudo aquilo que na vida da sociedade de nosso tempo tem requisitos para crescer e desenvolver-se que em nosso caso está relacionado com as grandes contradições da própria sociedade capitalista.

A importância do professor na educação infantil é de suma importância por que o professor quem vai ensinar, quem vai construir o conhecimento e a dirigir ou conduzir o caminho em que a criança vai trilhar, para que um dia a criança possa realizar seus sonhos.

A formação por competências e a reflexão no ser/fazer e do agir pedagógico são conceitos atribuídos por vários pesquisadores, afirmando a importância da formação continuada do professor de educação infantil. A importância das competências e da reflexão no processo educativo é o desafio de ser educador numa sociedade que se transforma aceleradamente.

Para Nóvoa, (1997, p.27).

As situações conflitantes que os professores são obrigados a transpor, superar e enfrentar apresentam características únicas. O profissional



competente possui capacidades de autodesenvolvimento reflexivo [...]. A lógica da racionalidade técnica opõe-se sempre ao desenvolvimento de uma práxis reflexiva” O autor acrescenta que: “O aprender contínuo essencial se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, a escola, como lugar de crescimento profissional.

A formação continuada para os docentes indígenas é de suma importância na perspectiva de se investir na formação das crianças indígenas. Isso significa ter planos de aula bem mais elaborados e condizentes com a realidade indígena. A formação para os docentes é para ajudar o povo e a própria escola a gerar a educação de qualidade e diferenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a comunidade indígena Ticuna de Porto Cordeirinho quer a oferta da Educação Infantil. E para isso encontra-se amparada legalmente a oferta e nesse sentido é legítimo a formação dos professores na perspectiva da qualidade educacional pré-escolar.

Formar professores tem sido um grande desafio para as instituições de ensino, tendo em vista a sua boa atuação no ambiente escolar. Pois, se sabe que formar cidadão não é só oportunizar cursos em série, mas criar os mecanismos que possibilitem o constante contato com a formação permanente.

A formação continuada e em serviço se torna um desejo para os professores indígenas de Educação Infantil, para tanto é necessário mais investimento que visem o pleno crescimento dos professores Indígenas em direção ao processo de qualificação profissional e consequentemente educacional escolar.

O professor possui uma importante função social. A essa função está imbricada a ideia da necessidade de formação desejada pelos professores participantes da pesquisa. Ainda a exigência das competências necessárias à função docente.

O estudo foi relevante para apresentar os olhares dos professores entorno da formação inicial, continuada e em serviço.



Portanto, a formação continuada é de extrema relevância para a profissionalização docente, pois enriquece a profissão docente, auxiliando na sua capacitação, na renovação das metodologias e principalmente reestruturando e aumentando o conhecimento de mundo e da educação. No caso dos professores indígenas da Educação Infantil a importância se eleva ainda mais por se tratar da formação de crianças indígenas.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** COSTA, Fátima Neves do Amaral. O Cuidar e educar na educação infantil. In: Campinas, SP: Editora Alinea, 2006, p61-81.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/96). 1996.

BONETTI, Nilva. **O professor de educação infantil um profissional da educação básica: e sua especificidade?** Santa Catarina, 2007. Disponível em:<www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../GT07-1779--Int.pdf>. Acessado em: 24 jul.2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Integração das instituições Educação Infantil aos sistemas de ensino: um estudo de caso de cinco municípios que assumiram desafios e realizaram conquistas/Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/SEF,2002. 94 P,:IL.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 10. ed.– São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006. (Relatório para a Unesco da comissão Internacional sobre educação para o século XXI).

KAPPEL, Maria Dolores B. Jan./Dez. 2001. “**Educação infantil e grupo populacional de 0 a 6 anos.**” Revista Brasileira de Estudo população, v. 18, n.1/2.

_____ & KRAMER, Sonia. 2000. “**Educação da criança de 0 a 6 anos**”.



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



NÓVOA, Antônio. (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa - Portugal: Dom Quixote, 1992,1997.

PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Tradução de CláudiaSchilling e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SILVA, Jacqueline Silva da. (Orgs.) Práticas na Educação Infantil: da ação à reflexão. Lajeado: UNIVATES, 2009. 47-60.

VEIGA, Ilma Passos; SILVA, Edileuza Fernandes da (orgs.). **A escola mudou. Que mude a formação de professores!** Campinas, SP: Papyrus, 2010. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).